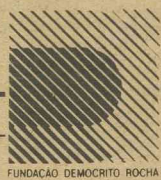


Universidade Aberta

• UFC • UECE • UVA • UFRN • ESAM • FUM • UFPe • UFPb • UFBa • UFRPe • FUFPI • UFS

DO NORDESTE



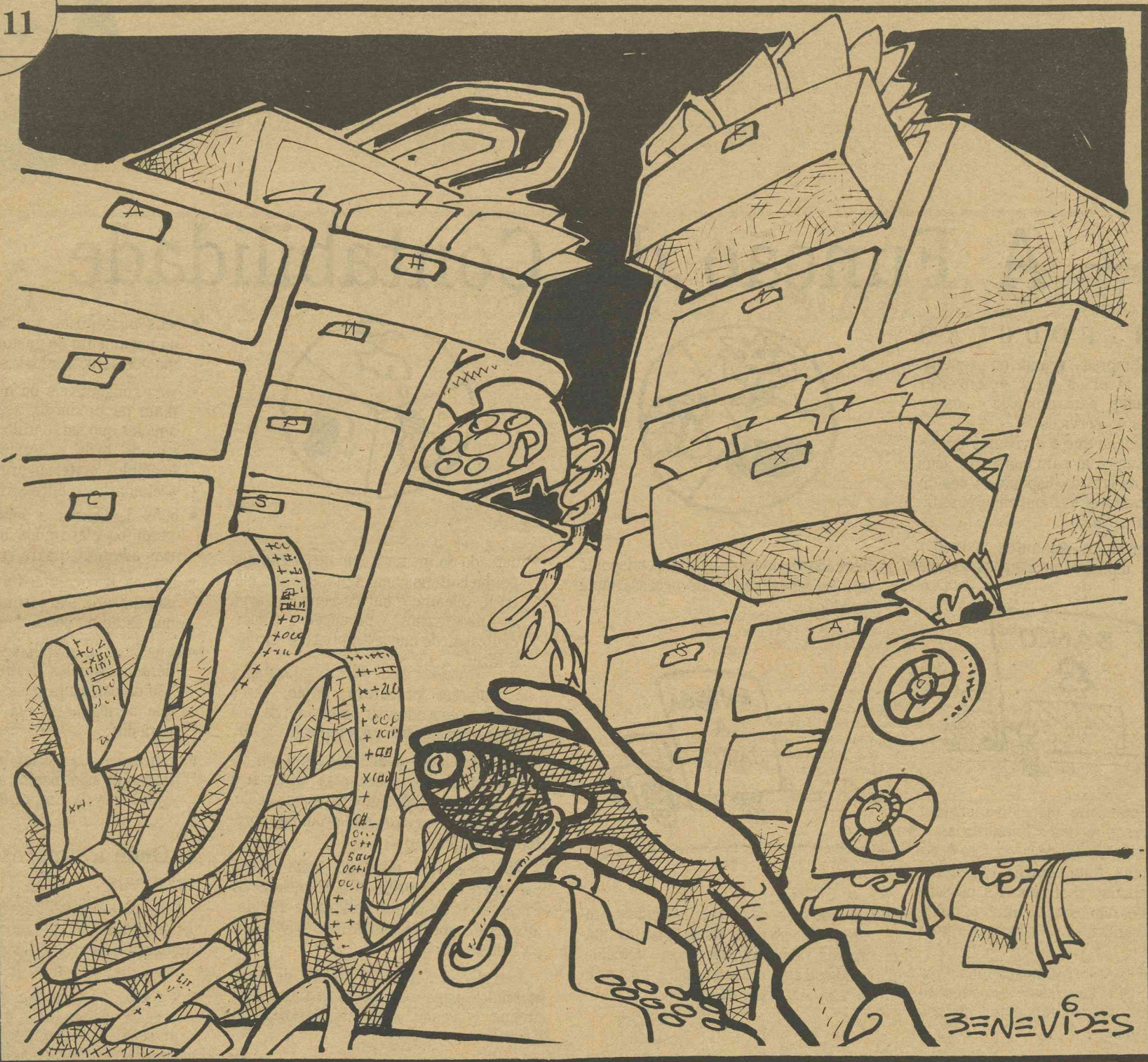
FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA

Fascículo-Aula

Nº 11

Contabilidade Gerencial

Jornais: O Estado do Maranhão(MA), O Dia(PI), O Norte(PB), Jornal de Sergipe(SE), Diário de Pernambuco(PE), A Tarde(BA), Diário de Natal(RN), Gazeta de Alagoas(AL), O Povo(CE), Tribuna do Norte (RN)



OPERAÇÕES PRÉ-BALANÇO A FUNÇÃO CONTÁBIL ESCRITURAÇÃO

Apoio:



Financiadora de Estudos e Projetos

MEC

Ministério da Educação



CEBRAE.

Centro Brasileiro de Apoio
à Pequena e Média Empresa.



PETROBRAS



**BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.**



BANCO DO BRASIL S.A.

Iniciação Empresarial

Coordenação Técnica: Ilailson Silveira de Araújo



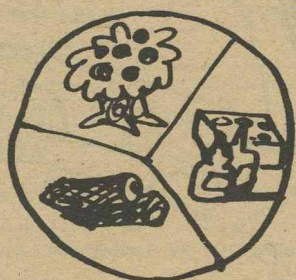
I — A Função da Contabilidade

1. INTRODUÇÃO

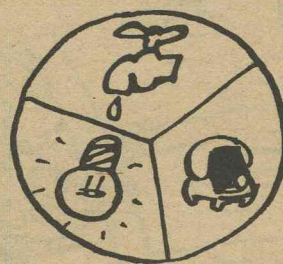
Qualquer Empresa, grande ou pequena, precisa de recursos para desenvolver suas atividades, para produzir e comercializar bens ou serviços.

Como Entidade que é e vivendo na sociedade, a Empresa, para conseguir seus fins, utiliza os fatores disponíveis nos diversos mercados que compõem e possibilitam a vida social.

Identificam-se os seguintes mercados em que se distribuem as pessoas, na sociedade:



- mercado de matérias-primas, disposto a fornecer os materiais necessários à produção;



- mercado de insumos, em que estão disponíveis itens como água, energia elétrica, telefone e outros bens ou serviços necessários à produção e comercialização do que a Empresa se propõe a fazer.

A Empresa procurará, então, esses mercados para adquirir os fatores de que precisa para produzir e vender.

Por outro lado, de acordo com o seu ramo de atividade, a Empresa situar-se-á em um dos mercados descritos, para colocar os bens e serviços que produz e pretender vender.

Observe-se que há, assim, uma interação entre a Empresa e a sociedade. A Empresa paga à sociedade pelo uso dos fatores de que necessita (São os Custos da Empresa).

A sociedade, através de um de seus mercados, paga à Empresa pelo que esta produz e vende (São as Receitas da Empresa).

A Empresa fica, portanto, de posse de recursos da sociedade, para posterior devolução, fazendo-a das mais diversas formas e nos mais variados momentos.

Por isso, urge um controle dos recursos em poder da Empresa, identificando suas fontes e as aplicações que deles forem feitas nos diversos itens necessários ao desenvolvimento das atividades e consecução de seus objetivos.

2. O que a Empresa faz com os recursos captados

Os recursos obtidos pela Empresa são basicamente aplicados em:

- bens numerários, dinheiro necessário ao pagamento de gastos com salários, mão-de-obra, aluguel, energia, etc;
- bens consumíveis ou que se transformam na produção, assim entendidos aqueles que serão utilizados na produção de bens e serviços, como, por exemplo, matérias-primas, materiais secundários e outros insumos;
- bens destinados à venda, que são os produtos elaborados ou as mercadorias adquiridas para revenda;
- direitos, decorrentes de vendas realizadas a prazo; são recursos da Empresa que estão na posse de outras pessoas;
- bens fixos ou imobilizados, assim considerados aqueles destinados à formação da estrutura básica da Empresa e que permanecem em uso por vários períodos;
- aplicações acessórias, constituídas de itens que não dizem respeito às atividades fins da Empresa.

3. Onde a Empresa obtém recursos

A Empresa pode obter recursos de fontes externas, ou gerados internamente enquanto desenvolve suas atividades.

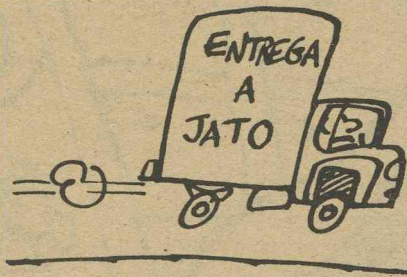
São fontes externas de recursos:

- os sócios, pessoas que, formando a Empresa e dando-lhe entidade, colocam ali seus patrimônios ou parte deles, na expectativa de torná-los maiores;
- as Instituições Financeiras, que emprestam recursos para devolução a curto ou longo prazo, mediante cobrança de juros e outros encargos;
- os fornecedores, mediante o fornecimento de mercadorias, serviços ou outros materiais para produção;
- outras pessoas que aportam recursos à Empresa, através de debêntures ou de outras formas.

São fontes internas de recursos aquelas geradas no desenvolvimento das atividades da Empresa. Ora esses recursos pertencem à própria Entidade, ora pertencem a terceiros.



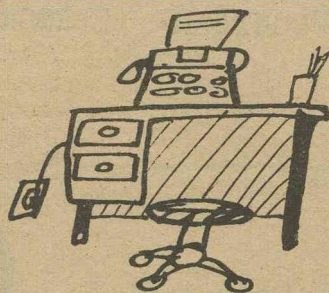
- mercado financeiro, disposto a fornecer às Empresas recursos financeiros:
 - a) em forma de capital de risco, isto é, recursos cuja remuneração dependerá dos resultados positivos. As pessoas que fornecerem esses recursos somente terão vantagem se a Empresa tiver lucros;
 - b) em forma de empréstimos, isto é, o pagamento pelo uso desses recursos independe dos resultados da Entidade que os utiliza.



- mercado de bens de capital, onde a Empresa encontrará disponíveis as máquinas, os equipamentos, veículos, prédios, etc., necessários à formação de sua estrutura básica;



- mercado de mão-de-obra, onde se encontram as pessoas dispostas a vender o seu trabalho;



- mercado de bens de consumo duráveis, como geladeiras, bebedouros, utensílios, móveis, etc., importantes na complementação de sua estrutura física;

Com efeito, os lucros obtidos nas operações da Empresa são recursos gerados endogenamente e a ela pertencem. Por outro lado, quando são retidos recursos destinados ao pagamento de impostos, contribuições sociais, salários, todos gerados dentro da própria Empresa, em decorrência de suas atividades, está ela de posse de recursos de terceiros.

Exemplificando:

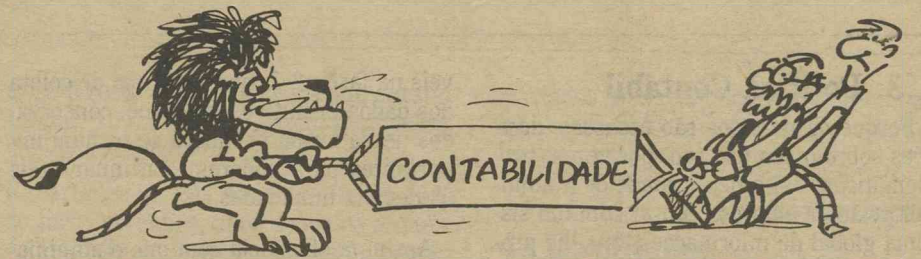
Se uma Empresa vende uma mercadoria por Cz\$ 140, estando neste preço incluídos o custo de Cz\$ 100, imposto de Cz\$ 25 e um lucro de Cz\$ 15, seus recursos ficam elevados em Cz\$ 40 (Cz\$ 140 do preço de venda menos Cz\$ 100 do custo da mercadoria), sendo parte pertencente ao governo e parte pertencente a ela própria. Os Cz\$ 25 são recursos endógenos, de terceiros; os Cz\$ 15 são recursos endógenos e próprios.

4. A função da Contabilidade

A Contabilidade é uma arte inventada pelo homem para auxiliá-lo na acumulação e comunicação de informações essenciais à compreensão das atividades da Empresa.

A função da Contabilidade é, portanto:

- medir os recursos possuídos por uma Empresa;
- refletir as fontes de recursos, isto é, os interessados, os reclamadores de recursos em poder da Empresa;
- medir as alterações nos recursos, tanto do ponto de vista de suas aplicações, quanto das exigibilidades e partes interessadas (fontes);
- assinalar as mudanças periódicas nos recursos, quantitativa e qualitativamente;



- expressar o procedente em função da moeda como denominador comum.

No desempenho de sua função, a Contabilidade tem como postulado básico a equidade, de modo que produz informações equitativas para todos os setores, possibilitando a preparação de demonstrativos financeiros para um grupo de usuários desconhecidos (por exemplo: Administradores, Acionistas, Auditores,

Fornecedores, Bancos, Governo, Sindicatos, Funcionários, CVM, CRC), que têm objetivos múltiplos.

Desse modo, o procedimento de seleção e resumo de informes fica a cargo de cada interessado, embora se saiba que essa neutralidade da Contabilidade torne de utilidade limitada os informes financeiros para qualquer grupo específico de usuários.

II A Função Contábil na Administração

Comentou-se no capítulo introdutório que a Contabilidade produz informações equitativas, não pretendendo atender a um usuário específico.

Mas, se a informação contábil não pretende atender a um usuário específico, como podem os administradores utilizá-la para a tomada de decisões?

1. O Sistema Contábil

1.1. O Sistema Contábil como Sistema de Medição

Sobre o assunto, afigura-se importante considerar comentários e investigações

de JAEDKKE e SPROUSE, ao apresentar a Contabilidade como um sistema de medição (Quadro do Sistema).

Como os dados contábeis são importantes nas decisões da gerência financeira, considera-se útil ver a Contabilidade como um sistema de coleta de dados quantitativos, principalmente financeiros, e, também, como um corpo de conhecimentos, inclusive métodos de decisões.

São funções do executivo financeiro escolher e manter a combinação mais adequada de aplicações e, também, de fontes de recursos necessários ao financiamento das atividades de uma Empresa.

1.2. Equação Patrimonial

Para facilitar o entendimento do que a seguir se comenta, é importante saber-se que a Contabilidade apresenta os recursos de uma Empresa através de uma equação (Equação Patrimonial,) indicando no campo da esquerda as aplicações de recursos, denominando-as de ativo, e, no campo da direita, as fontes de recursos, denominando-as de Passivo.

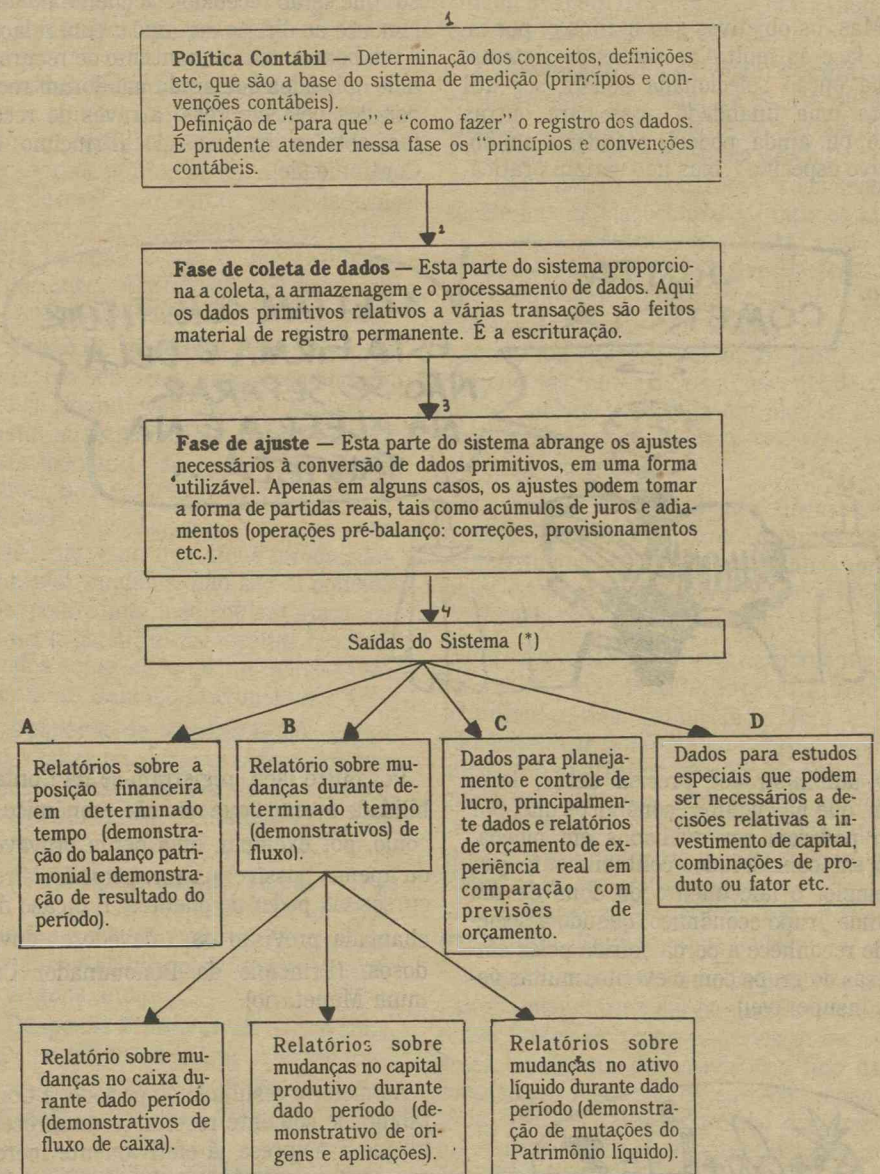
Assim,

APLICAÇÕES DE RECURSOS = FONTES DE RECURSOS
portanto,

ATIVO = PASSIVO



O SISTEMA CONTÁBIL COMO UM SISTEMA DE MEDIÇÃO



(*) Tendo em vista que as saídas A, B e C do sistema são bem definidas com antecedência e repetitivas por natureza, os projetos de sistema tendem a ser ajustados para a produção de saídas. Por conseguinte, os sistemas contábeis são, não raro, ineficientes, se não inúteis, na produção das saídas D.

(x) capital produtivo são recursos aplicados na manutenção de um conjunto de estoques e de uma carteira de títulos necessários ao funcionamento normal da empresa (Caixa, estoques, contas a receber).

1.3. Política Contábil

Porque os recursos são escassos, decisões sobre o seu uso são, por vezes, problemáticas; daí a necessidade de a administração da empresa contar com um sistema global de informações, que lhe proporcione dados quantitativos necessários à tomada de decisão.

O sistema contábil, de princípio, atenderia a essa necessidade, tornando-se a espinha dorsal do sistema de informações da entidade, propondo-se a oferecer a acumulação sistemática de dados quantitativos e a utilização desses e de outros dados nos cálculos relativos ao futuro.

Com esse objetivo, os autores citados conceberam o sistema de mensuração contábil, demonstrado, compreendendo quatro fases: Fase da Política Contábil, Fase de Coleta dos Dados, Fase de Ajustes e a de Saídas do Sistema.

A inteligência da primeira fase — Política Contábil — sugere a definição de "para quê e como fazer" a Contabilidade. Ante alternativas aceitáveis para medir os efeitos de uma ocorrência, a política contábil escolherá a opção que mais atenda a seus objetivos.

Mas, os objetivos são muitos e, por isso, face às múltiplas saídas do sistema, uma opção selecionada poderá ser útil para uma finalidade, mas para outras não, ou, ainda, poderia atender a um objetivo específico, mas não seriam praticá-

veis na fase n.º 2, que é a etapa de coleta dos dados primitivos, os quais, conservados nessa forma primitiva se tornam importantes para poderem continuar úteis às demais finalidades.

Assim, a eficiência com que o administrador financeiro pode usar dados contábeis e analisá-los, variará na razão direta de sua compreensão dos conceitos, das definições e dos princípios de mensuração sobre os quais repousam os dados.

É tão importante saber como determinado instrumento não pode ser usado quanto saber como pode.

O conhecimento da "política contábil" adotada por qualquer entidade é necessário para que se possa entender as raízes profundas e os motivos que levaram os demonstrativos a se apresentarem como são.

Por exemplo: na Contabilidade não se demonstra o real valor de um bem nem o valor atual de um direito junto a um cliente. O que se mostra é o montante de recursos que foi aplicado para a aquisição do bem (Princípio do custo histórico como base de valor) e o montante de recursos que serão recebidos do cliente no vencimento do direito ou, ainda, com relação a um bem de uso, o montante de recursos nele aplicados que ainda não foram recuperados pela empresa, através de receitas obtidas no passado (Princípio da Continuidade).

tiva da receita (Princípio da Realização da Receita).

Uma vez definida a receita do período, com ela são confrontados todos os custos que contribuíram para a sua formação. Quer tenham sido pagos ou não (Princípio da Competência de Exercícios).

A experiência e lógica dos contadores tornam-os essencialmente prudentes.

Em consequência, para procedimentos igualmente relevantes, resultantes da aplicação dos Princípios Contábeis já comentados, preferir-se-ão, em ordem decrescente: os que puderem ser comprovados por documentos e critérios objetivos e, depois, os que puderem ser corroborados por consenso de pessoas qualificadas

da profissão, reunidas em comitês de pesquisa ou em entidades que têm autoridade sobre os princípios contábeis.

Por exemplo: uma nova avaliação de um bem da empresa (Reavaliação) somente é reconhecida pela Contabilidade se houver um laudo técnico resultante do consenso obtido junto a experts, através de comitês de avaliação (Convenção da Objetividade). Isto significa que o "achismo" não vale.

A influência e a materialidade da informação são avaliadas, também, à luz da relação custo-benefício, sem perder de vista a relevância, em que pese à imaterialidade de certo atributo. Para o usuário da Contabilidade, é material a infor-



O administrador precisa saber, também, que há eventos econômicos que, por não poderem ser avaliados em moeda, não são considerados contabilmente (por exemplo, o falecimento do dono de um grande grupo econômico, quando a sociedade reconhece a perda sofrida pelas empresas do grupo com o evento, muitas vezes insuperável).

Por outro lado, registram-se na Contabilidade eventos que não são econômicos, como, por exemplo, uma perda provável ou apenas possível na recuperação de recursos em poder de clientes. É o caso da chamada provisão para devedores duvidosos. (Princípio do Denominador Comum Monetário).

Ao medir o resultado do período, a Contabilidade somente reconhece uma receita que a empresa já efetivamente merecer, isto é, quando acontecer a transferência dos produtos ou serviços para outra pessoa, através do pagamento ou compromisso de pagamento especificado perante a entidade compradora. Não é necessário, portanto, para o reconhecimento da receita, o recebimento do dinheiro correspondente, contudo, é indispensável que a transferência do bem ou serviço torne a entidade merecedora efe-



mação que, se omitida, poderá conduzi-lo a decisões erradas sobre seus investimentos. Um detalhe, embora imaterial, poderá estar encobrindo problemas maiores (Convenção da Materialidade).

Quando se escolhe um método de registro ou de avaliação contábil, procura-se tratar os acontecimentos posteriores, de igual caráter, na mesma forma, para que se torne possível a comparação dos dados contábeis da entidade.

Tal não significa, porém, a proibição de introduzir melhorias. Basta que, quando material, a mudança seja claramente evidenciada em notas explicativas (Convenção da Consistência).

Por isso, para entender os relatórios contábeis, o usuário não pode se dispensar da leitura das chamadas "Notas Explicativas".

Já se comentou que a Contabilidade, por seus princípios, é essencialmente prudente. O conservadorismo está contido em todos os princípios de Contabilidade, cuja vocação é de resguardo, cuidado e neutralidade necessários para evitar que excessos de entusiasmo e de valorizações por parte da administração e de proprietários levem a empresa a descapitalização.

Descapitalizar significa possibilitar a evasão de recursos cuja saída poderia ser evitada. Por isso, antecipa-se prejuízo previsível e não se antecipam lucros. Se a Empresa possui ações de outra entidade, as quais, à data da apuração de resultado estão valendo menos do que por elas se pagou, a Contabilidade considera a perda provável. No entanto, se as mesmas ações estiverem valendo mais, o ganho potencial não é reconhecido contabilmente (Convenção do Conservadorismo).

1.4. O que o Sistema Contábil pode apresentar

Para facilitar o entendimento de como se desenvolvem as diversas fases do Sistema Contábil, apresentam-se a seguir os principais relatórios produzidos pela Contabilidade, as demonstrações financeiras.

Imagine-se uma entidade constituída para explorar a atividade de transporte coletivo numa cidade. Trata-se da Viação Vitória, que no período cujos relatórios serão apresentados, teve as seguintes ocorrências:

1. Os sócios subscreveram um capital de Cz\$ 1.000, mas integralizaram apenas Cz\$ 800. Isto significa que os sócios comprometeram-se a trazer para a empresa recursos de Cz\$ 1.000 mas, durante o período de que se cuida, aportaram somente Cz\$ 800;

2. Para a aquisição dos ônibus, a empresa tomou um empréstimo de Cz\$ 700, para devolução em 5 anos. Os ônibus custaram, porém, Cz\$ 1.400;

3. Durante a fase de implantação, foram gastos recursos de Cz\$ 50 na adaptação das instalações alugadas pelo prazo de cinco anos;

4. Iniciadas as operações, a empresa faturou durante o período Cz\$ 2.400, isto é, obteve Receitas por venda de seus serviços nesse importe.

5. Para atender às suas necessidades de combustível, a empresa obteve dos fornecedores recursos de Cz\$ 300, que tão logo pagos novamente eram obtidos. São, portanto, recursos circulantes.

6. Durante o período, a empresa incidiu em custos, para obter as receitas indicadas no enunciado no. 4 acima. Foram os seguintes os custos do período:

a. custo de venda — aqueles relacionados com a produção do serviço, tais como: combustíveis para os ônibus; manutenção dos ônibus; salários dos motoristas, supervisores de operação, aluguel da garagem, o custo dos próprios ônibus, etc., tudo no importe de Cz\$ 1.000;

b. despesas administrativas, compreendendo: aluguel, salário do pessoal e outras despesas relacionadas com a área administrativa, totalizando Cz\$ 200; (atribuiu-se, também, a estas despesas, a importância de Cz\$ 19 que é parte dos gastos de implantação — citados no n.º 3, acima — uma vez que os benefícios proporcionados por esses gastos se estendem por 5 exercícios);

c. despesas com a comercialização dos serviços, como, por exemplo, a publicidade, brindes, etc., no importe de Cz\$ 100;

d. despesas financeiras, relacionadas com os encargos do financiamento obtido para a aquisição dos ônibus — Cz\$ 700.

7. Durante o período aconteceu uma inflação de 90%;

8. O estatuto prevê a seguinte distribuição do lucro periódico, após deduzida a parte do Imposto de Renda (40% do lucro periódico):

a. para reservas destinadas a aumentar o capital, 10% do lucro periódico, após deduzido o Imposto de Renda.

b. participação dos sócios no lucro: 25% do lucro periódico, após deduzida a parte do Imposto de Renda e depois de constituir a reserva para aumento de capital.

1.4.1. — Veja as saídas

Todos esses dados se apresentam su-

RECEITAS OPERACIONAIS	2.400
— Custo de Vendas	(1.000)
LUCRO BRUTO	1.400
— DESPESAS OPERACIONAIS	
• de vendas	(10)
• Administrativas	(200)
• Financeiras	(700)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	490
Resultado da Correção Monetária	540
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.030
— Provisão para Imposto de Renda	(412)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	618

Explicações sobre a Demonstração de Resultados.

1. Recursos Operacionais — São os recursos que a Empresa obtém através das vendas de bens ou serviços. Se, ao faturar o bem ou serviço, estiver incluído algum imposto (Imposto de Circulação de Mercadorias, por exemplo), o valor do imposto deve-se apresentar como dedução da Receita, para que fique evidenciada a receita líquida, isto é, o que realmente lhe pertence. Abatimentos e descontos comerciais também devem ser deduzidos.

2. Custo de Vendas — Significa quanto custou o bem ou o serviço vendido. É o custo do produto vendido, nas indústrias; o custo da mercadoria vendida, nas empresas mercantis ou o custo do serviço vendido, nas empresas de prestação de serviços.

Vale comentar que itens produzidos, porém não vendidos, não são aí considerados, pois, afinal, não contribuíram ainda para a obtenção da receita. Eles são incluídos como estoques, no Ativo Circulante, lá no Balanço Patrimonial.

3. Despesas de Vendas — São as despesas realizadas durante o período, para a comercialização dos bens ou serviços, como, por exemplo, comissões sobre vendas, propaganda, transporte, etc.

4. Despesas Administrativas — São todos os gastos efetuados no período, com a função de administrar (pessoal, escritório, contabilidade, utilidades e serviços, viagens, etc.).

5. Despesas Financeiras — São aquelas que se referem à obtenção de recursos para a Empresa, como juros, descontos concedidos a clientes, despesas bancárias, etc.

São apresentadas evidenciando-se, como dedução, eventuais receitas financeiras obtidas, como juros auferidos, receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos, etc.

6. Lucro Operacional — No conceito legal, o lucro operacional é a diferença entre o lucro bruto e as despesas operacionais, entendendo-se como operacional tudo que é principal ou acessório ao prin-

cipal com relação às atividades que constituem o objeto da empresa. Quase tudo é considerado operacional.

1.4.1.1. — A Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados, onde são confrontados os recursos obtidos através das receitas do período e os recursos aplicados nas despesas do período, indicam assim o resultado periódico:

principal com relação às atividades que constituem o objeto da empresa. Quase tudo é considerado operacional.

7. Resultado da Correção Monetária — Demonstrem-se aqui as perdas ou os ganhos monetários que aconteceram na Empresa, em decorrência da perda do poder aquisitivo da moeda. As perdas acontecem nas aplicações que a Empresa faz em itens monetários, isto é, itens que a Empresa vai receber em moeda, como, por exemplo, direitos junto a clientes, depósitos em bancos ou o próprio Caixa. Os ganhos monetários, por outro lado, são obtidos nas fontes de recursos cuja devolução também será feita em moeda. Por exemplo: recursos dos fornecedores, empréstimos bancários, etc.

No Brasil, as perdas monetárias são medidas através da correção monetária do Patrimônio Líquido. Já os ganhos monetários são medidos através da correção monetária do Ativo Permanente.

Por isso, quando o Ativo Permanente é superior ao Patrimônio Líquido, identifica-se um ganho monetário e o "Resultado da Correção Monetária" é positivo. Ao contrário, se o Patrimônio Líquido (recursos dos sócios) for superior às aplicações no Ativo Permanente, encontra-se uma perda monetária para a Empresa e, em consequência, o "Resultado da Correção Monetária" aparece como redutor do lucro operacional.

Vale observar que, como as perdas e os ganhos monetários surgem na aplicação e nas fontes de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades fins da Empresa, o resultado da correção monetária deve ser entendido como operacional e, desse modo, deve integrar para todos os efeitos o lucro operacional.

8. Provisão para Imposto de Renda — Cifra conhecida e muito discutida. É a parte do "Leão", no resultado obtido pela Empresa no período. É deduzida do lucro e considerada já como obrigação da Empresa, devendo constar no Passivo Circulante, como obrigação, isto é, já figura no balanço patrimonial como uma fonte de recursos. Que fonte, hem?



9. Lucro Líquido do Exercício — Resulta da diminuição do lucro após o Imposto de Renda, de participações devidas a empregados, administradores e a partes beneficiárias ou, ainda, participações de debenturistas.

É desse lucro líquido que se formam as reservas de lucros e se distribuem as participações dos sócios.

1.4.1.2. Demonstração do Balanço Patrimonial

A Demonstração do Balanço Patrimonial

evidencia todas as fontes de recursos da Empresa, bem como as aplicações existentes à data do encerramento do período.

As aplicações estão indicadas por ordem decrescente de liquidez, isto é, são relacionadas em primeiro lugar as aplicações líquidas, como dinheiro em caixa, depósitos em bancos, aplicações financeiras.

Em seguida, relacionam-se os direitos (recursos em poder de terceiros) que se espera tornem-se caixa dentro do próximo exercício financeiro.

Depois, indicam-se os recursos aplicados em estoques.

Seguem-se direitos somente realizáveis

após o término do exercício financeiro seguinte.

Por último demonstram-se as aplicações em itens que formam a estrutura básica da Empresa, tais como: prédios, terrenos, equipamentos, veículos, etc., além de aplicações em gastos que trarão benefícios a diversos períodos, como, por exemplo, as despesas de implantação.

As fontes de recursos apresentam-se por ordem decrescente de exigibilidade, isto é, relacionam-se primeiro as fontes cujos recursos deverão ser devolvidos no próximo exercício financeiro, em seguida aquelas que serão devolvidas após o término do exercício seguinte e, por último, as fontes a quem não serão devolvidos os recursos, ou seja, os sócios.

Demonstração do Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Circulante (1)		Circulante (10)	
Disponibilidades (2)	1.391	Fornecedores	300
Contas a Receber (3)		Impostos a Pagar	412
Estoques		Dividendos a Pagar	140
Gastos Antecipados (5)		Outras Fontes	
Realizável a Longo Prazo (5)		Exigível a Longo Prazo	(11)
Contas a Receber (Após o término do exercício seguinte)		Financiamentos	700
Permanente (6)		Patrimônio Líquido (13)	
• Investimentos (7)		Capital	1.000
• Imobilizado (8)		— Capital a Integralizar	(200)
Ônibus	2.660	Reservas de Capital (11)	720
Outros Bens ou direitos		Reservas de Lucros (2)	62
— Depreciação Acumulada	(532)	Lucros Acumulados (13)	416
• Diferido (9)			
Gastos de Implantação	50		
— Amortização Acumulada	(19)		
TOTAL DO ATIVO	3.550	TOTAL DO PASSIVO	3.550

Todavia, outras fontes podem surgir, como, por exemplo, doações ou subvenções, que também aumentam os recursos dos sócios.

Por outro lado, os recursos dos sócios diminuem quando há distribuição de lucro com eles, quando acontecem prejuízos no período ou, ainda, quando há devolução de capital, o que mui raramente acontece.

Outras ocorrências alteram o Patrimônio Líquido. Fogem, porém, do âmbito deste estudo, porquanto não prescindem de análises e comentários mais amplos.

1.4.1.4. — O Fluxo de Recursos Melhorou a Posição Financeira da Empresa?

1.4.1.3. — Os Recursos dos Sócios se alteraram?

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia como os recursos dos sócios se modificaram, aumentando ou diminuindo no período.

De princípio, os recursos dos sócios aumentam com os lucros obtidos, ou através de novas integralizações de capital.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, saída "B", evidencia as mudanças no capital circulante líquido da empresa.

Com efeito, já se comentou no capítulo introdutório que os recursos são aplicados em bens numerários, bens consumí-



veis na produção, bens destinados à venda e direitos decorrentes de vendas realizadas a prazo. Essas aplicações estão indicadas no Balanço Patrimonial, no grupo denominado "Circulante" do Ativo. Pela sua natureza, são aplicações circulantes.

Há ainda as aplicações em bens ou direitos fixos ou imobilizados ou aplicações acessórias, que se classificam no Ativo, no grupo denominado de "Permanente".

A Empresa precisa contar com fontes de recursos estáveis para financiar as aplicações permanentes, sendo desejável que o montante desses recursos estáveis cubram também as aplicações circulantes.

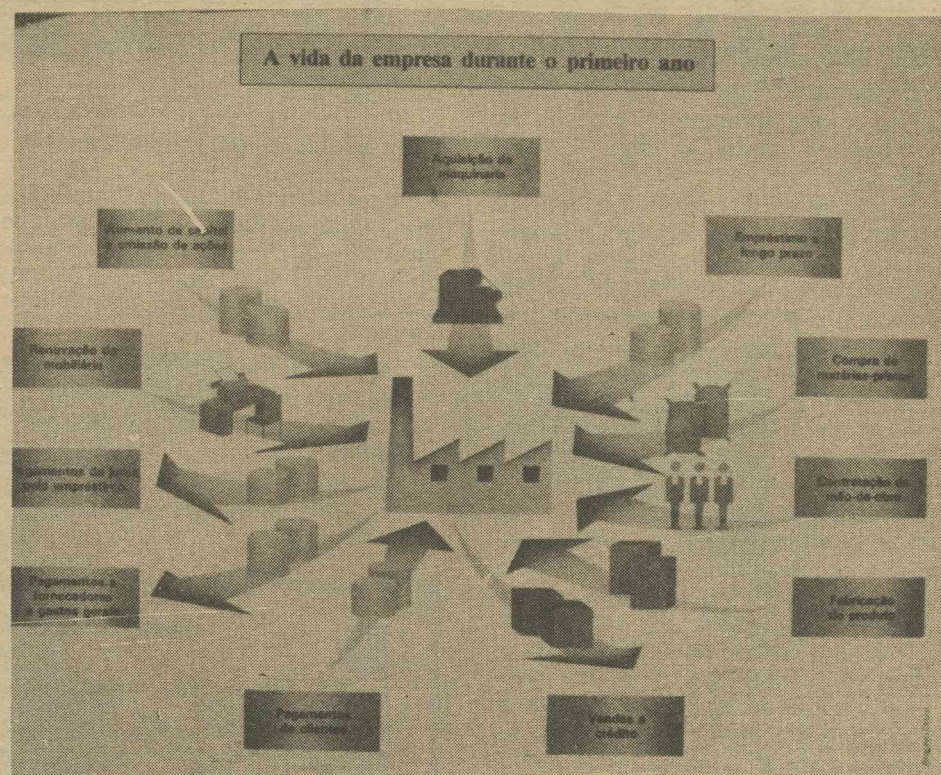
Isto, porque, contando com fontes de recursos estáveis também em aplicações circulantes, torna-se mais fácil atender aos reclamos das fontes que exigem devo-

lução imediata ou a curto prazo, dos recursos que elas aportaram à empresa. Estas fontes estão indicadas no Balanço Patrimonial, no grupo Circulante do Passivo.

Estáveis são aqueles recursos cuja devolução é inexigível (recursos dos sócios) ou exigível a longo prazo (financiamentos de prazos longos para devolução).

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos mede o montante de recursos estáveis que estão aplicados em itens circulantes, bem como evidencia que fluxo de recursos contribuiu para aumentar ou diminuir aquele montante, denominado de Capital Circulante Líquido.

Pode-se entender, agora, que Capital Circulante Líquido é a diferença entre os recursos aplicados no Ativo Circulante e as fontes de recursos relacionadas no Passivo Circulante.



A vida da empresa

III — A Escrituração

1. O que é?

É a 2ª. fase do Sistema Contábil. Consiste na coleta, armazenagem e processamento dos dados, tudo de acordo com as definições da Política Contábil, já comentada, que é a primeira fase do Sistema.

Por exemplo, se ficou definido que, no controle contábil dos estoques, as saídas serão deduzidas imediatamente — diz-se nesse caso que o inventário é permanente — a Escrituração assim procede, demonstrando imediatamente a nova posição de estoques.

Poderia ser diferente, o que aliás ocorre com muita freqüência. As baixas nos estoques serem escrituradas periodicamen-

te, mediante contagem física do que ficou. É o que se denomina de inventário periódico.

Outras definições podem ter sido assumidas, como, por exemplo, a questão da medição mensal dos resultados (competência mensal), para o que a Escrituração deverá demonstrar as receitas e despesas todo o mês, mesmo aquelas que, embora incorridas, somente sejam pagas no mês seguinte; ou, ainda, considerará, mensalmente, as parcelas de custos (depreciação) dos bens de uso.

Outra forma seria considerar esses fatos apenas no final do exercício, apurando somente o resultado do ano.

2. Armazenamento e Processamento dos Dados

O armazenamento e processamento dos dados são feitos em fichas de Escrituração, cujo conjunto é denominado de "RAZÃO" e num livro que se assemelha a uma "ATA" diária das ocorrências, denominado "DIÁRIO".

No Diário, as ocorrências são registradas indicando-se: a data, a aplicação do recurso e a respectiva origem, uma narração sucinta do acontecimento e o montante de recursos envolvido. É um comando para o registro nas fichas de razão. (Partida de Diário).

Para haver a certeza de que os coman-

dos de registro de aplicações e de origem foram obedecidos, relacionam-se os itens que representam aplicações, agrupados por sua natureza, e as diversas fontes de recursos, do que deverá resultar a equação patrimonial, já que uma aplicação não prescinde de um recurso de igual valor. A esta relação de saldos dos diversos itens de aplicações e de fontes de recursos denomina-se BALANCETE.

No entanto, para se chegar a números utilizáveis, como, por exemplo, posições capazes de possibilitar uma apuração de resultados, examina-se se há necessidade de ajustes, pois, do contrário, as distorções encontradas nos saldos poderão ser relevantes.

IV — Operações Pré-Balanço

Embora a Escrituração pretenda registrar todas as ocorrências com o patrimônio, os dados normalmente estão em "estado bruto", necessitando serem ajustados para adquirirem forma significativa para os interessados em sua análise. Há, também, ajustes para atender a normas emanadas de leis, instruções fiscais ou normas específicas para determinadas finalidades. Os bancos, por exemplo, têm que atender a normas do Banco Central do Brasil.

Dos ajustes, destacam-se:

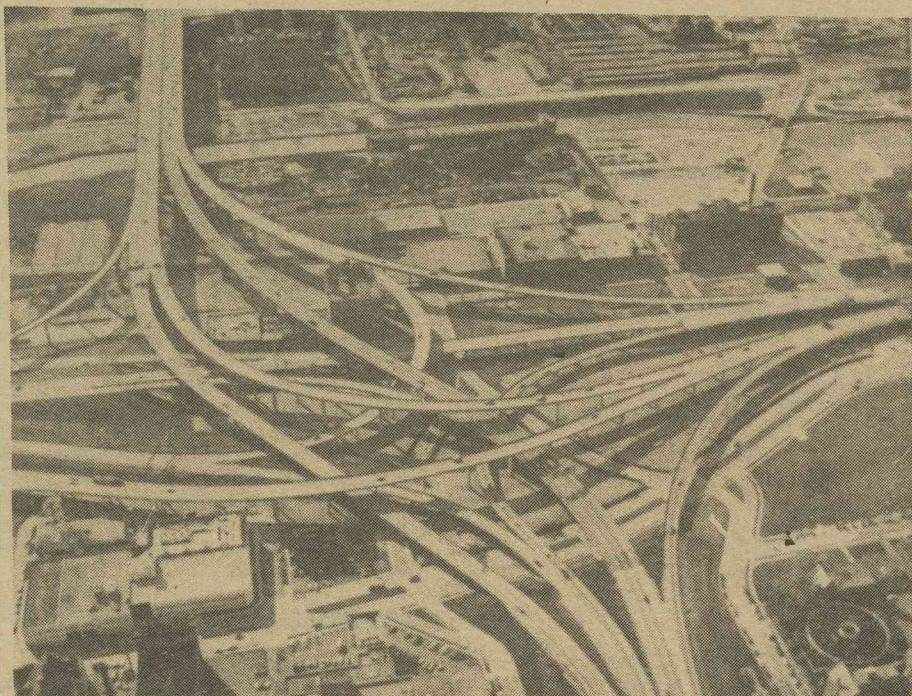
a) como é necessário confrontar as despesas do período, mesmo não-pagas, com as receitas do mesmo período, mesmo não-recebidas, ajustam-se esses valores

para que constem da apuração do resultado; por exemplo: uma conta de luz do mês de dezembro, cujo vencimento se dará somente em janeiro. Como a energia foi utilizada, a despesa precisa ser considerada em dezembro, do contrário ficaria errado o resultado da Empresa.

b) como os recursos estão expressos em moeda, e a moeda perde seu poder aquisitivo (inflação), há necessidade de se reconhecer as perdas monetárias sofridas pela Empresa e os ganhos monetários acontecidos no período;

c) registro de perdas prováveis ou possíveis, por uma questão de prudência.

(Pedro Paulo Moreira)



Para tomar as decisões mais apropriadas, a contabilidade gerencial é um instrumento muito útil

Guia de Estudo

Idéias Básicas

É importante conhecer os objetivos da Contabilidade para não se procurar em seus relatórios uma informação que ela não se propôs a produzir.

Se a função da Contabilidade é, de forma equitativa, medir os recursos de uma empresa, refletir as reclamações contra essas e as partes interessadas, medir as alterações em tudo isso, considerando períodos específicos de tempo, através da moeda como denominador comum, não se pode esperar dela a informação do valor de uma entidade.

Ao examinar relatórios contábeis, portanto, não se pode olvidar que todas as cifras ali demonstradas repousam em conceitos considerados importantes, para que a Empresa não se descapitalize em consequência de registros imprudentes, embora, em consequência, informações para determinados fins careçam de adaptações para se tornarem úteis.

Conquanto todos os conceitos contábeis, tenham sido aceitos, considerando uma moeda estável, o que inviabilizaria a utilidade da Contabilidade no Brasil, tem-se aqui um sistema de correção monetária do patrimônio bastante simples e que poderia ser perfeito, do ponto de vista da medição de resultados, se fossem feitos pequenos ajustes e desde que as autoridades federais se tornassem mais sensíveis à manutenção da saúde das empresas.

Contudo, como se pode observar, os relatórios que saem do Sistema Contábil, se bem analisados, proporcionam informações de significativa utilidade à administração das empresas.

Questões Para Revisão

1. Defina: Receitas, Custos e Lucro.

2. Que se entende por Política Contábil?

3. Por que a Contabilidade registra os bens pelo custo de aquisição e não pelo preço de venda?

4. A Contabilidade indica o valor de uma Empresa?

As participações societárias em empresas coligadas e controladas, feitas por determinada empresa industrial, serão classificadas como:

() a. Ativo Imobilizado.

() b. Ativo Realizável a Longo Prazo.

() c. Ativo Diferido.

() d. Ativo de Investimentos.

O saldo inicial da conta de Capital Social Realizado, seus acréscimos e decréscimos durante o exercício, bem como a respectiva correção monetária, serão apresentados:

() a. na Demonstração de Lucros Acumulados.

() b. na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

() c. na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

() d. na Demonstração do Resultado do Exercício.

A Contabilidade é útil à empresa:

() a. apenas para fins de apresentação às autoridades fazendárias.

() b. somente em obediência aos preceitos legais.

() c. no processo de tomada de decisões.

() d. exclusivamente para atender à obrigatoriedade de manter registros atualizados, conforme determina a legislação tributária.

CURSO "INICIAÇÃO EMPRESARIAL"

Fundação Demócrito Rocha
Av. Aguanambi, 282 - Bairro de Joaquim Távora
Fones: (085) 231.0387 - 211.9666 - Ramal 124
CGC 07.663.719/001 51
CEP 60055 - Fortaleza Ceará

FICHA DE INSCRIÇÃO
REMETER PARA

NOME DO ALUNO: _____

CÓDIGO DO ALUNO: _____ **DATA DE NASCIMENTO:** _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ **CIDADE:** _____ **UF:** _____

CEP: _____

PROFISSÃO: _____

M F

ESCOLARIDADE:

<input type="checkbox"/> 1 - Superior	<input type="checkbox"/> 5 - 2º Grau Inc.
<input type="checkbox"/> 2 - Superior Inc.	<input type="checkbox"/> 6 - 1º Grau
<input type="checkbox"/> 3 - Universitário	<input type="checkbox"/> 7 - 1º Grau Inc.
<input type="checkbox"/> 4 - 2º Grau	

OBS.: PREENCHER AS INFORMAÇÕES EM LETRA DE FORMA

O Autor



Pedro Paulo M. Moreira é contador do Banco do Nordeste do Brasil e professor da Universidade Federal do Ceará.



Curso Pelo Rádio

O aluno da Universidade Aberta pode acompanhar pelo rádio este curso. Eis a relação de emissoras que integram a Rede Nordeste de Rádios:

CEARÁ

Rádio AM do POVO S/A
Rádio Monólitos de Quixadá Ltda.
Rádio Tupinambá de Sobral Ltda.
Rádio Educadora de Crateús Ltda.
Rádio Progresso de Juazeiro S/A
Rádio Citura de Aracati Ltda.
Rádio Jornal de Canindé Ltda.
Rádio Pinto Martins (Camocim)
Rádio Litoral de Cascavel

RIO GRANDE DO NORTE

Rádio Libertadora Mossoroense Ltda.
Rádio a Voz do Seridó
Rádio Ouro Branco Ltda.
Rádio Princesa do Vale Ltda.
Rádio Poty
Rádio Currais Novos Ltda.

MARANHÃO

Rádio Educadora do Maranhão Rural Ltda.
Rádio Verdes Campos
Rádio Água Branca Ltda.

PERNAMBUCO

Rádio Clube de Pernambuco
Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda.
Rádio Cultura S/A
Rádio A Voz do Sertão
Rádio Cultura do Agreste Meridional Ltda.
Fundação Emissora Rural A Voz de São Francisco
Rádio Cultura dos Palmares
Rádio Princesa Serrana de Timbaúba Ltda.

PIAUI

Rádio Pioneira de Teresina Ltda.
Rádio Difusora de Picos Ltda.
Rádio Floriano Ltda.
Rádio Educadora de Parnaíba
Rádio Alvorada do Sertão

PARAÍBA

Rádio Tabajara
Rádio Borborema S/A
Rádio Espinhara de Patos Fundação Cultural N. Sra. da Guia

SERGIPE

Rádio Jornal de Sergipe Ltda.
Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

ALAGOAS

Rádio Progresso de Alagoas Ltda.
Rádio Novo Nordeste Ltda.

BAHIA

Rádio Vale do Rio Grande
Rádio Extremo Sul da Bahia Ltda.
Rádio Clube de Conquista Ltda.
Rádio Regional de Irecê Ltda.
Rádio Caraíba Ltda.
Rádio Emissora de Alagoinha
Rádio Jacuipê Sociedade Civil



Universidade
Aberta

Patrocínio decorrente da
Lei No. 7.505/86

A Universidade Aberta é um programa de ensino a distância mantido pela Fundação Demócrito Rocha, em convênio com a Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Vale do Acaraú, Universidade Federal de Pernambuco, Fundação da Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Paraíba, Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e diversas outras instituições de pesquisa e difusão tecnológica nacionais e regionais.

Seu objetivo básico é democratizar o acesso aos conhecimentos em nível superior, através de cursos de extensão universitária via meios de comunicação de massa, para o Norte e Nordeste do País.

Para tanto foram criadas a Rede Nordeste de Educação Superior Informal, integrada por 45 emissoras de rádio do Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Alagoas e a Rede Brasileira de Jornais, constituída pelos seguintes periódicos: O Estado do Maranhão (MA), O Dia (Piauí), O POVO (Ceará), Diário de Pernambuco (Pernambuco), A Tarde (Bahia), O Norte (Paraíba), Jornal de Sergipe (Sergipe), Diário de Natal (Rio Grande do Norte), Gazeta de Alagoas (Alagoas).

COORDENAÇÃO GERAL: CELESTE CORDEIRO

Endereço: Av. Aguanambi, 282
Fortaleza - Ceará - Brasil Fone: (085) 211.9666
Telex: 1107 e 1324